

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANGELI CRISTINA FIDELIS

**ECOMONIA SOLIDÁRIA E TRABALHO: perspectivas da associação Grupo de
Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha – GAAI**

FLORIANÓPOLIS

2015.

ANGELI CRISTINA FIDELIS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO: perspectivas da associação Grupo de
Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha – GAAI**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Me. Davi Machado Perez

FLORIANÓPOLIS

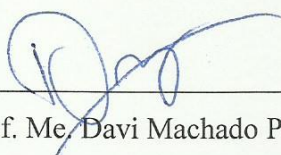
2015.

ANGELI CRISTINA FIDELIS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO: perspectivas da associação Grupo de
Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha - GAAI**

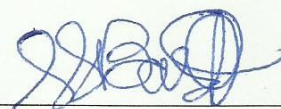
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:



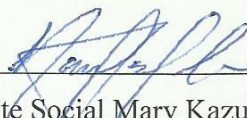
Prof. Me. Davi Machado Perez

Presidente



Profa. Dra. Samira Safadi Bastos

1º examinadora



Assistente Social Mary Kazue Zanfra

2º examinadora

FLORIANÓPOLIS

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter segurado a minha mão nos momentos de dúvidas, angústias e dificuldades.

Agradeço minha mãe Lucia Teresinha da Cunha por todo seu amor, carinho e dedicação. Mais acima de tudo por ser essa mulher guerreira, você é o meu exemplo de luta para alcançar aquilo que parecia ser impossível. Obrigada minha mãe querida, te amo muito.

Agradeço as minhas irmãs Aliny da Cunha Stanck, Patrícia Fidelis, e também aos meus irmãos André Luiz Fidelis, Diego da Cunha e Luiz Rosa Stanck Filho pela palavra amiga, pela força, sendo fundamental o apoio de vocês para que eu alcançasse voos mais altos. Obrigada, amo todos vocês.

Agradeço aos meus amores, Aydan Stanck Golini, Ailyn Stanck Golini e Nathalia Fidelis do Reis. Obrigada pelo sorriso de criança, que fez com que eu renovasse a minha esperança, todos os dias. Meus tesouros, amo muito vocês.

Agradeço aos meus irmãos Bruno Fidelis, Pedro Paulo Fidelis e o meu sobrinho João Pedro que semanas antes da conclusão deste trabalho, a vida me prestigiou apresentando vocês. Obrigada pelo imenso carinho, que vocês têm me dedicado.

A todos os professores do Departamento de Serviço Social que contribuíram para a ampliação do conhecimento.

Muito obrigada!

RESUMO

FIDELIS, Angeli Cristina. **Economia Solidária e Trabalho: perspectivas da associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha – GAAI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo descrever e analisar a associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha - GAAI enquanto empreendimento econômico solidário do movimento de Ecosol (Economia Solidária) como dispositivo ou modalidade de organização, de produção e distribuição de mercadorias no âmbito do sistema capitalista. É de caráter investigativo decorrente de uma revisão bibliográfica e documental. A perspectiva adotada focaliza no aspecto político da economia solidária no âmbito nacional no contexto do capitalismo e, especialmente as tendências de empreendimentos econômicos solidários que varia de grupos informais, cooperativas, associações entre outros. Pretende-se demonstrar que longe de ser apenas um instrumento de autogestão a economia solidária consiste em uma estratégia nitidamente política, no que se refere às condições que a originaram como às consequências de sua aplicação em empreendimentos econômicos solidários que viabilizam a produção e distribuição de mercadorias no sistema capitalista. O presente trabalho tem o propósito de mostrar que as práticas de economia solidária têm se baseado em princípios de solidariedade, de cooperação, de autogestão como forma de organização da vida social. Assim, a economia solidária surge como estratégia de dimensão política, em um contexto contraditório e antagônico, enquanto experiência de empreendimento econômico solidário, de maneira a desenvolver no interior do capitalismo sem produzir resultados concretos que possa colocá-la em primeiro lugar, ou seja, que supere a economia vigente. Ao longo do trabalho, apresentam-se alguns antecedentes nacionais da trajetória da economia solidária, de forma a compreender suas características, problemas e avanços. Diante do exposto, o trabalho conclui com algumas considerações acerca do Serviço Social frente os eventos econômicos da década de 90.

Palavras – Chave: Economia Solidária; Capitalismo; Trabalho.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 a 6 - Roteiro e análise da entrevista sobre a percepção dos (as) artesãos (ãs) referente ao cotidiano vivenciado na Associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha e o entendimento deste (as) a respeito de economia solidária..... 43-54.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA – Ação Social Arquidiocesana
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
EAF – Entidades de Apoio e Fomento
ECOSOL – Economia solidária
EES – Empreendimento Econômico Solidário
FBES – Fórum Brasileiro Economia Solidária
FORTEES – Fortalecendo Experiência de Economia Solidária
FRES – Fórum Regional de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
GAAI – Grupo de Artesãos e Artistas Independentes
GP – Gestores Públicos
GT – Grupo de Trabalho
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
ONG's – Organizações não Governamentais
PAIF – Proteção e Atenção Integral a Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PSB – Proteção Social Básica
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SEDAI- Secretária de Desenvolvimento e Assuntos Institucionais
SEMAS – Secretária Municipal de Assistência Social
SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	11
2.1 Retrato Nacional de Empreendimento de Econômico Solidário	16
3. TRABALHO	19
3.1. Categoria Trabalho.....	19
3.2. Trabalho e a gênese da “questão social” no Brasil.....	23
4. SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	29
5. HISTÓRICO DE APROXIMAÇÃO COM O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	33
5.1. Grupo de Artesãos.....	34
5.2. O Grupo de Artesão e o Movimento de Economia Solidária.....	39
5.3. Interlocução Teoria e Prática.....	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária se expandiu no Brasil nos meados da década de 1990 com os princípios de cooperação e solidariedade incorporando experiências de empreendimentos econômicos solidários. Neste sentido, a trajetória é conformada por práticas de autogestão, resistência e de ajuda mútua desenvolvida por trabalhadores estreitamente vinculados a processos de produção dos meios de vida e de suas maneiras de interpretar a economia solidária e de lidar com ela.

Todas as formas conhecidas das respostas sociais organizadas perante a crise capitalista envolveram e envolvem a criação de indicadores das práticas de agentes responsáveis pela efetivação dessas respostas. Essa necessidade se expressa a partir de objetivos e orientações políticas e econômicas que tendem a se incrementar na medida em que se torna também mais densa, complexa e diversificada a rede de objetos e de instrumentos que configuram a economia solidária mesmo dentro do sistema capitalista

Para tanto os empreendimentos econômicos solidários se apresentam como espaço alternativo de produção e distribuição de mercadoria e, especialmente gerador de trabalho e renda para trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados, trabalhadores do mercado informal, etc. Assim sendo, no Brasil eles representam um modelo econômico solidário de pequena produção e distribuição de mercadorias, sendo regidos pelos princípios de autogestão, cooperação e solidariedade.

Mas essa relação de fusão de capital e trabalho operada na economia solidária com os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade resulta por si só em formulações atravessadas por ambiguidades e contradições - perante o sistema capitalista, pois se trata não somente de questionar uma ordem econômica vigente, mas questionar o lugar marginal normalmente reservado para os empreendimentos econômicos solidários.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta primeira e breve introdução. Na segunda seção serão abordados aspectos da historicidade da economia solidária no Brasil e suas inflexões no interior do capitalismo. A terceira seção é dedicada a apresentar a concepção de trabalho que fundamenta essa discussão, ou seja, “o trabalho como fundante do ser social”. A sociedade contemporânea e o discurso dominante, ou seja, as práticas e/ou estratégias formadoras de hegemonia são abordadas na quarta seção.

A quinta seção se refere o campo de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como, a criação do grupo de artesãos e da

associação GAAI e seu desenvolvimento na qualidade de empreendimento econômico solidário; sua interlocução da teoria com a prática, tendo como núcleo central o trabalho.

Por fim, na sexta e última seção se realiza algumas reflexões a modo de considerações finais, porém, de caráter inacabado, tendo em vista as limitações próprias de um trabalho como o que ora se apresenta, ao considerar que a realidade não é estática e, assim sendo, trata-se de pontuar alguns problemas, mas cuja abordagem deveria ser continuada por meio de futuras pesquisas sobre o tema.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Enfrentar a tarefa de identificar a economia solidária como atividade econômica, a partir do capitalismo no Brasil, está longe de esgotar o trabalho para dar cabo da referida tarefa.

A historiografia que trata não só da consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, como aborda, relacionado a isso, a constituição das nossas classes sociais, está repleta de passagens que fornecem ilustrações desse teor predominantemente conservador [...]. (SANTOS, 2012 p.95).

Assim sendo, Faria (2011, p.528) coloca que “o que torna o capitalismo como sistema hegemônico que tende à expansão e sobredeterminação das demais formas de produção e da vida social [...]” é o fato de que ele se fundamenta no processo social do trabalho subjugado às tendências do capital no processo de valorização. Podemos constatar que se vive em uma sociedade em busca incessante do lucro, onde as condições de vida são cada vez mais precarizadas e na qual a força de trabalho se torna mercadoria. Neste contexto, se materializam as contradições e resistências ao sistema capitalista, no qual historicamente a classe trabalhadora diante do agravamento das condições de vida busca alternativas por acreditar que a sociedade capitalista não é a única e verdadeira forma de ser da sociedade.

Dessa maneira, apesar de a economia solidária ter práticas distintas e antagônicas, ela tem crescido e se multiplicado possibilitando à discussão e/ou o debate no que se refere a um sistema alternativo de produção e distribuição de mercadorias que tem tido, no Brasil, um rápido e extenso movimento. O conceito surgiu em meados da década de 1990, tendo como precursor Paul Singer ao empregar a expressão de economia solidária. Para tanto Faria (2011, p.454) coloca que o conceito de economia solidária de acordo com Singer “delineia como campo mais amplo do que as experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores”.

Segundo Faria (2011, p.456), “Singer desenvolve a economia solidária como uma espécie de política pública, centrada no campo da microeconomia”. Ou seja:

Constatando que não adianta proporcionar o capital aos desempregados para que eles autoempreguem em uma atividade por conta própria, ou pequena empresa, Singer propõe “inserir os novos e pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre seus integrantes”. Essa solidariedade significa antes de tudo a prática de compras mútuas no interior desse “setor”, formado por eles próprios. (FARIA, 2011, p.456).

No entanto Freire et al. (2006, p.211) questiona “se esse tipo de economia pode se estender para todos os ramos de atividade econômica”, apontando “que os seus defensores

advogam para tal possibilidade, definindo algumas bases de sustentação [...]”. Suplementando Freire (2006, p.211):

[Seus] princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas envolvidas na produção; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados por todos; destinação do excedente anual [...]. A cota básica de cada cooperador não renumerada e somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.¹

Não obstante Freire et al. (2006, p.211) sinaliza “o por que então não poderia efetivar-se para economia solidária, uma vez que tais apoios são prestados às empresas capitalistas como bancos comerciais e de fomento [...]”. Ainda:

É importante sinalizar nessa análise outro aspecto diferenciador entre a economia capitalista e a economia solidária, que é o modo como são administradas as empresas, isto é, o seu sistema de gestão. A primeira utiliza a heterogestão com a administração hierarquizada, em que existem níveis sucessivos de autoridade e a exigência do máximo de trabalho e eficiência dos empregos, em função da extração da mais-valia. Ao contrário, a empresa solidária pratica a autogestão e administração democrática, com decisões deliberadas em assembleias nas empresas menores ou por meio do sistema de delegação em empresas maiores, estabelecendo-se hierarquias de coordenadores e gestores que são eleitos por prazos determinados, permanecendo sob o controle dos cooperativados. (FREIRE et al. 2006, p.212).

Neste sentido, o cooperativismo e o associativismo acabam por vezes não suportando a competitividade, mesmo que estejam estrategicamente ligados a “práticas prosseguidas no campo da produção, mediante a propriedade cooperativa dos meios de produção enquanto programa genérico para uma sociedade organizada em oposição ao individualismo e em bases não capitalistas”. (FARIA, 2011, p.77-78).

Assim sendo, tais práticas não têm sido suficientes para abarcar “o transito da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital”, ou seja, inserir todas as pessoas desempregadas em idade economicamente ativa, nem solucionar a questão da falta de emprego, da desigualdade e da pobreza, problemas gerados pelo modo de produção capitalista. (SANTOS, 2012, p.35).

No entanto existe a resistência vinculada à experiência histórica do movimento de lutas que realça o protagonismo em prol da denúncia, de reivindicações e da busca de soluções para

¹ SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A Economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

“eternos e velhos problemas” como certa vez cunhou Maurício Tragtenberg² os termos envolvidos na superação do capitalismo e da sociedade contemporânea. (FARIA, 2011, p.44).

Ainda que de maneira por vezes subliminar sem real espaço na mídia dominante, os agentes têm encontrado possibilidades em variadas formas de organização tais como sindicatos, partidos, fóruns, encontros, reuniões, entre outros. E assim, não é diferente com a economia solidária na qual foi se estendendo em uma rede de novas noções, de materialidades e sociabilidades de distintas perspectivas: incubadoras universitárias, redes de cooperação, associações, programas sociais, entre outros.

Neste sentido, o mundo dos empreendimentos econômicos solidários que varia desde grupos informais, cooperativas e associações tem ganhado espaço, de maneira a adentrar no mercado ainda que de forma tímida. No entanto, é importante ressaltar o seu rápido e extenso desenvolvimento no processo dinâmico da criação, da manutenção e da dissolução dos empreendimentos solidários no país, isto é:

Vale lembrar que o conceito surgiu em meados da década de 90. Em pouco mais de cinco anos, quando da realização do Iº Fórum Social Mundial em Porto Alegre (25 a 30 de janeiro de 2001), o Seminário “*Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável*” reuniu as principais instituições envolvidas com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, entre elas: [...], a Cáritas Brasileira, Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Institucionais do Governo do Rio Grande do Sul (SEDAI/RS). Essas instituições constituíram o GT brasileiro, que preparou as atividades do IFSM e manteve-se para organização do tema no IIº FMS, também realizado em Porto Alegre no início de fevereiro de 2002. (FARIA, 2011, p.501-502).

Diante deste vasto campo a economia solidária tem avançado. E as instâncias e setores da sociedade civil tem possibilitado a criação de instrumentos que permitem a participação mais direta na formulação de políticas públicas.

Para tanto, o GT Brasileiro formulou uma carta ao governo Lula indicando diretrizes gerais para o desenvolvimento da economia solidária, bem como pleiteando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A carta foi divulgada amplamente por correio eletrônico. Ao mesmo tempo, o GT Brasileiro se colocou a tarefa de organizar a Plenária Brasileira de Economia Solidária, a fim de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto

² TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980.

do movimento de economia solidária. (FARIA 2011, p. 502; apud BRASIL³, 2004).

Neste sentido, no âmbito do Governo Federal, foi instituído a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, para desenvolver um Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) “com o objetivo de mapear os empreendimentos econômicos solidários no Brasil, bem como fomentar as experiências de geração de trabalho e renda, sob a ótica da economia solidária”. (BRASIL, 2015).

De forma geral, a Secretária Nacional de Economia Solidária deveria manter um canal de diálogo permanente, de modo a:

[...] elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão da economia solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia. (FARIA 2011, p.502).

Assim sendo, em julho de 2003 realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária e, na qual foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), “com a incumbência de articular e mobilizar as bases de economia solidária no Brasil”. (BRASIL, 2015). No que concerne à organização e funcionamento que integram o FBES os três segmentos do campo de Economia Solidária, segue:

Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionária, clubes de troca, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário; **Entidades de assessoria e/ou fomento** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa; **Gestores públicos** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais. (BRASIL, 2015).

³ Do Fórum Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *GT Brasileiro de Economia Solidária/FMS*. 2004.

Sobremaneira a Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária tem como objetivo propiciar o intercâmbio, interlocução, sistematização e articulação entre as esferas Municipais, Estaduais e Federais com o intuito de “ampliar o debate para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas”. (BRASIL, 2015).

Outro momento foi a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, por meio do Decreto 5.811 de junho de 2006, sendo um importante avanço da economia solidária enquanto “política pública no âmbito do poder público federal, visto que se trata de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil”. (BRASIL, 2015).

Neste sentido, a economia solidária se trata de uma política organizada por diversos agentes que contribuem para o fortalecimento, inclusive de empreendimentos econômicos solidários, como Grupos de trabalhos coletivos; Clube de troca, Feiras de Economia Solidária, entre outros. Desse modo:

[...] a economia solidária é a economia de gestores, isto é, configura um campo propício para o desenvolvimento de ONGs, de instituições de assessoria e fomento, cursos de extensão universitária etc. Estas instituições amparadas no quadro de crise do desemprego no Brasil elaboram projetos de geração de emprego e renda com desempregados e populações carentes, formulam iniciativas de constituição de redes, organizam empreendimentos precários, como os de reciclagem de lixo, propõem programas de capacitação pautados nos valores do empreendedorismo e, enquanto gestores materializam essas experiências em metodologias e projetos para apresentação às fontes de financiamento público e privado. (FARIA, 2011, p.525).

No entanto, as entidades e organizações não governamentais realizam convênios com múltiplas instituições e, por vezes isso pode ser um problema por não desenvolver e manter políticas públicas que possam ser propulsoras de ações continuadas que perpassam o limite de tempo de cada gestão pública, impossibilitando possíveis mudanças na sociedade.

Outro ponto se refere a centralidade da autogestão como princípio básico da economia solidária que pronuncia a emancipação de trabalhadores (as) culminando numa sociedade sem classe. Neste sentido, a economia solidária pode por vezes reforçar o movimento da exclusão dentro da exclusão, pois não basta estar baseada na igualdade de direitos e na ideia de que a propriedade é coletiva, porque para além desse discurso está envolto um processo estrutural advindo de uma “sociedade de classe”.

2.1 Retrato Nacional de Empreendimento de Econômico Solidário

Para melhor compreensão do empreendimento econômico solidário - EES da associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha- GAAI dentro do movimento de Ecosol foi buscado dados nacionais para subsidiar a pesquisa. Segundo o SIES, a economia solidária no Brasil se expandiu através de organizações da sociedade civil, de igrejas, das incubadoras universitárias e movimentos sociais que atuam tanto no campo quanto na cidade. Logo o empreendimento econômico solidário foi definido pelo SIES como:

[...], a unidade mais simples e concreta da Economia Solidária, coerente com as suas características essenciais: organizações coletivas de trabalhadores (as) que exercem a autogestão na realização de atividades econômicas de forma continuada ou permanente. Esse conceito procura sintetizar as principais características da economia solidária, afirmando uma nova identidade (instrumento da ação política) que não é subsumida nas formas cooperativas, associativas ou societárias (legalmente definidas), mas que pode se expressar como parte dessas formas organizativas. Ou seja, não se trata de confirmar a economia solidária pela forma ou natureza da organização, mas pelas características presentes nos empreendimentos. (CULTI et.al, 2010, p.10).

Dentro do exposto, o SIES tem atribuído a economia solidária atividades econômicas como de produção de bens, prestações de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Os empreendimentos econômicos solidários são organizados em associações, grupos informais, cooperativas e empresas autogestionárias. Neste sentido, o SIES tem colocado a ação empreendedora coletiva (empreendimento), a atividade econômica (econômico), e os vínculos e valores sociais (solidário). Suplementados dados do SIES do ano 2007⁴:

[...] o SIES cobriu 52% dos municípios brasileiros e levantou dados sobre 21.859 empreendimentos e uma população de 1 milhão e 687 mil homens e mulheres. Desses empreendimentos, 9.498 estão localizados no Nordeste, 3.583 no Sul, 2.656 no Norte, 3.912 no Sudeste e 2.210 no Centro-Oeste do país. Ou seja, quase a metade (43,5%) deles localiza-se no Nordeste, em segundo lugar está o Sudeste (17,9%), em terceiro e quarto, o Sul (16,4%) e o Norte (12,1%) e por último, o Centro-Oeste (10,1%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (52%) está organizada na forma de associações, 36,4% são grupos informais, 9,6% cooperativas e 2% distribuídos entre empresas autogestionárias de sociedade mercantil. Segundo os registros, a atividade econômica desses empreendimentos é muito variada,

⁴ Convênio firmado entre a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e FINEP (Ref.: 2297/06)/Termo Aditivo, que além de executar a pesquisa do mapeamento em 14 Estados (AC, AL, DF, MA, MT, MS, MG, PB, RO, RN, RS, SC, SE, TO) conforme o projeto: “Mapeamento para Ampliação da Base de Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)”, também ficou responsável por realizar um estudo de âmbito nacional com as informações da Base de Dados do SIES, alimentada pelos mapeamentos. (CULTI et. al, 2010, p.21).

mas considerando as 50 atividades que mais aparecem nos empreendimentos, predomina as ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (50%), seguida das de produção manufaturada – industrial e artesanal (37%), ficando as atividades caracterizadas como serviços com 7% e como comércio 6%. Quase a metade (48%) desses empreendimentos atua exclusivamente na área rural, 34,6% exclusivamente na área urbana e 17,1% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. (CULTI et.al, 2010, p.22).

Para tanto, o SIES tem sinalizado que a fonte dos recursos iniciais dos empreendimentos econômicos solidários tem ocorrido de três formas: pelos próprios sócios, doações, créditos. O SIES também apontou que as dificuldades de acesso ao crédito têm ocorrido por falta de apoio técnico, pois os projetos e planos de negócios não atendem as condições de garantia exigidas.

A respeito do compromisso com os consumidores o SIES tem apontado como iniciativa dos empreendimentos econômicos solidários o consumo consciente, solidário e responsável priorizando o preço para acesso de consumidores, produtos orgânicos sem agrotóxicos, informação dos produtos, promoção do consumo ético e responsável e qualidade do produto e serviço.

Apesar do compromisso com os consumidores, os empreendimentos econômicos solidários, segundo o SIES tem encontrados dificuldades para comercialização que se apresentam em não ter capital de giro, não consegue quantidade suficiente para clientes, manter o fornecimento, preço do produto inadequado (baixo), falta de registro legal para comercialização.

No que se refere a gestão participativa, o SIES apresenta a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários tendo como principais características a participação nas decisões cotidianas do EES, periodicidade de assembleia geral, prestação de contas em assembleia geral, eleição direta dos dirigentes, facilidade de acesso e registro de informações, coletivo de associados (as) sobre o destino das sobras e uso dos fundos e plano de trabalho definido em assembleia.

Outro ponto elencado pelo SIES se refere a política pública da economia solidária que compreende ações, projetos e/ou programas desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das três esferas municipal, estadual e federal na articulação e fortalecimento da economia solidária.

Contudo, as constantes transformações no mundo do trabalho têm dado espaço para aumento considerável da economia solidaria. Assim sendo, segundo SIES os principais motivos para criação dos empreendimentos econômicos solidários são: alternativa ao desemprego, complemento da renda, melhores ganhos com ação associativa, possibilidade de gestão coletiva e condição para acesso de crédito.

Diante do exposto, é inegável o crescimento do movimento de Ecosol, bem como a expressão das desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista que afetam diretamente a realidade dos/das trabalhadores (as). É necessário, portanto, que haja um processo permanente de crítica perante a realidade vivenciada para evitar a alienação, presente não raras as vezes na prática e/ou experiência da relação do trabalho com o capital.

3. TRABALHO

3.1. Categoria Trabalho

Tendo como parâmetro o movimento de economia solidária e identificando na base da atividade econômica o trabalho, se faz necessário apresentar a categoria trabalho que fundamenta esta proposição. O trabalho é fundamental tanto no âmbito econômico quanto social, pois representa a fonte geradora de riqueza produzida socialmente, sendo indispensável para atender as necessidades humanas.

Neste sentido, o trabalho trata-se de uma categoria que “além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade, ou seja, categoria central para compreensão do próprio fenômeno humano-social”. (NETTO; BRAZ 2006, p. 29). Para tanto, segundo Netto e Braz (2006) a centralidade do trabalho está enquanto “categoria fundante do ser social”, expressada no modo de (re) produção, e nas relações sociais da sociedade, seus antagonismos de classe e nos movimentos de resistência à apropriação privada do trabalho.

De acordo com Netto e Braz (2006, p.31-32) referenciando Marx o “trabalho é a transformação da natureza realizada pelos seres humanos empregando para isso, meios e instrumentos a seu dispor e seguido um projeto mental”. Ainda:

[...] O trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que homem, por sua própria ação, média, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhante às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua transformação da forma natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (NETTO; BRAZ, 2006, p.32 apud MARX⁵, 1983: 149-150, 153).

⁵ A complexa questão do valor foi largamente tratada por Marx no primeiro capítulo d' *O Capital*; I. Rubin analisou-a em *A teoria marxista do valor* (São Paulo: Brasiliense, 1980) e R. Rosdolsky a aborda

Assim sendo, “à diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma *relação mediada* entre o seu sujeito – aqueles que o executam, homens em sociedade; e o seu objeto – as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica”. (NETTO; BRAZ 2006, p. 32).

Tal “atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – na qual o trabalho é uma atividade projetada, *teologicamente direcionada*, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito”. (NETTO; BRAZ 2006, p. 32).

Ainda, Netto e Braz (2006, p. 32) citam Lukács⁶, “essa *prévia ideação*: é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza – *a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objetiva**, isto é, quando a matéria natural, pela **ação material** do sujeito é transformada*”.

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo*– pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito; e num plano *objetivo* que resulta na transformação material da natureza. Assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua. (NETTO; BRAZ 2006, p. 32).

Segundo Netto e Braz (2006, p.33) na medida em que o ser humano transforma a natureza, diante do trabalho, ele transforma sua própria natureza, ou seja, a partir desta transformação desenvolve sua capacidade de aprendizagem de seus limites e suas possibilidades enquanto ser social e, neste processo o que difere o trabalho das demais atividades é a sua função social.

Ora, tudo isso requer um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas fenômenos sugeridos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a linguagem articulada), que além de apreendida, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca. (NETTO; BRAZ 2006, p. 33).

Contudo, o trabalho é um processo que nunca deixou de ser realizado por homens e mulheres ao longo da história, sendo ele desenvolvido no conjunto de habilidades intelectuais e manuais por meio da transformação da natureza, em prol de assegurar sua existência – “o trabalho é, sempre, atividade coletiva [...]” (NETTO; BRAZ 2006, p. 34).

em vários passos do seu *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2002).

⁶ A discussão do trabalho como fundante do ser social está largamente desenvolvida na obra *Ontologia do ser social*, de G. Lukács, [...], mas o seu argumento essencial está acessível na edição em castelhano de G. Lukács, *El trabajo* (Buenos Aires: Herramienta, 2005).

O caráter coletivo do trabalho não se deve a um *gregarismo* que tenha raízes naturais, mas, antes, expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedece a puros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substancialmente, aquilo que se denominara de social. (NETTO; BRAZ 2006, p. 34)

Assim sendo, Netto e Braz (2006, p.34) colocam que “o trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização”. Suplementando:

O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza, (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos, de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos- numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**. (NETTO; BRAZ 2006, p. 34).

Desta forma, o trabalho “deve ser pensado como atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social”. (NETTO; BRAZ 2006, p. 34).

De acordo com Netto e Braz (2006), o trabalho enquanto “fundante do ser social” assume conteúdo no processo histórico, uma vez que - não se limita ao cotidiano do trabalho como meramente tarefa ou ocupação, mas determina o desenvolvimento humano não só no processo do conhecimento, mais tanto na relação homem/natureza, quanto nas relações sociais.

Entretanto “o desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias – no ser social desenvolvido o trabalho é *uma* das suas objetivações”. (NETTO; BRAZ 2006, p. 43). Ou seja:

O trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social- permanece, ainda, como o que se poderia chamar de *modelo* das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (a atividade teologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada). (NETTO; BRAZ 2006, p. 43).

Neste sentido, segundo Netto e Braz (2006, p.43) todo ser social é dotado de consciência, esta é razão de o trabalho ser a categoria ontológica, pois, sem a transformação da natureza não existe (re) produção da vida material, ou seja, a razão ontológica para além da transformação de matérias naturais em produto que atende as necessidades humanas reafirma o caráter histórico e criador da práxis humana.

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações matérias e ideias da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo e autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e a criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (NETTO; BRAZ 2006, p. 44).

É nesse processo do trabalho que o homem, ou seja, o ser social se diferencia de outras formas pré-humanas, dado que dotado de consciência ele pode planejar antes de dar forma ao objeto. Mas de acordo com Netto e Braz (2006, p.44) “da práxis humana não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos”. Ainda:

Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza (as estruturas sociais em que se insere a atividade dos homens), a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens - aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como expressão de suas forças sociais vitais impõe-se a eles como exteriores e transcendentais. Numa palavra: entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador. (NETTO; BRAZ 2006, p.44).

Assim sendo, Netto e Braz (2006, p.45) pontuam as múltiplas determinações que se inserem na atividade dos homens, ou seja, na sociedade capitalista, o trabalho é central sendo ele “atividade vital e essencial para realização plena do homem enquanto ser social”, mas na medida em que o trabalho torna mercadoria (comprado por um preço sempre menor do que produz), a exploração do trabalho determina um processo inverso de alienação.

O desenvolvimento histórico se efetivou até hoje especialmente em sociedades marcadas pela alienação (isto é, em sociedades fundadas na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção fundamentais, como a exploração do homem pelo homem), a possibilidade de incorporar as objetivações do ser social sempre foi posta *desigualmente* para os homens singulares. Ou seja: até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como igual desenvolvimento da humanização de todos os *homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* – ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de *humanização* tem custado o sacrifício da maioria dos homens. Somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais pode-

se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens. (NETTO; BRAZ 2006, p.46).

Para tanto a alienação é explicitada no processo de produção do sistema capitalista em que a produção coletiva de riqueza tem sua apropriação privada, isto é, do poder exercido pela classe capitalista sob a classe trabalhadora. Essa relação possibilita a exploração de classe sob outrem, o que coloca o ser social numa condição de explorador e explorado, ou seja, ocorre a mercantilização das relações sociais, em que o trabalhador vende a sua força de trabalho enquanto o capitalista que detém os meios de produção se apropria da riqueza produzida.

À medida que o trabalho se torna alienado, o trabalhador não reconhece o resultado do seu trabalho, pois o produto produzido por ele lhe causa estranhamento, bem como as relações que permeiam o processo do modo de produção. Neste sentido, “só uma sociedade onde *todos* os homens disponham das mesmas condições de socialização (uma sociedade sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a cada um as condições para que desenvolvam [...]” (NETTO; BRAZ 2006, p. 47). No entanto o que se tem é um sistema que privilegia a produção de mercadorias em detrimento da classe trabalhadora tornando precárias as relações de (re) produção da vida social.

Neste sentido, a classe trabalhadora enquanto ser histórico e social tem se articulado por meio de lutas contra o sistema econômico vigente em que trabalhadores (as) são excluídos dos resultados do processo de acumulação de riquezas. E assim sendo, trabalhadores (as) lutam por mudanças societárias, bem como pelo seu protagonismo enquanto ser social-histórico.

3.2. Trabalho e a gênese da “questão social” no Brasil

Os fenômenos constitutivos da “questão social”, segundo Santos (2012) se configuram na dinâmica do sistema capitalista, das lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores e a exploração do trabalho pelo capital, isto é, a resistência dos trabalhadores frente aos processos de produção e reprodução do sistema capitalista.

Conjugadas essas premissas derivam em expressões diversificadas da “questão social” em face das quais cabe sempre um processo de investigação a fim de caracterizá-la enquanto “unidade na diversidade”; ou seja, devemos nos esforçar, como categoria, para apontar as características e “forma de ser” de cada expressão da “questão social” enquanto fenômeno singular e, ao mesmo tempo, universal cujo fundamento comum é dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social. (SANTOS, 2012, p.133).

Para tanto, segundo Santos (2012, p. 134) são inquestionáveis as diversas formas de expressão da desigualdade social que estão longe de se reduzir à pobreza – “muitas vezes tomada como expressão máxima da “questão social””.

[...] somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos que, na sociedade capitalista remete, de modo central à questão do desemprego. Sem esquecer, é claro, que também trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, e, portanto, empregados (formal e/ou informalmente) não estão isentos dos processos de pauperização. [...] e que a pauperização remete a outros indicadores sociais, como acesso a saneamento básico, habitação, educação, [...] (SANTOS, 2012, p. 134).

Ainda segundo Santos (2012, p.134), “tal particularização [...], inserem mediações centrais para a discussão proposta, quais sejam, a constituição do “*mercado de trabalho*” e do “*regime de trabalho*””. Sendo esses os elementos para aos desdobramentos dos dilemas da “questão social”. Suplementando:

O triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados Nacionais, no lastro dos tratados internacionais. Em um mercado mundial realmente unificado, impulsionado a tendência de homogeneização dos circuitos do capital, apoiada na mais completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais. Acelera-se, pois o *desenvolvimento desigual*, aos saltos, entre empresas, ramos de produção da indústria e de diferentes nações no interior dos países, a favor das classes dominantes. (BEHRING et al., 2009, p.36-37).

Assim sendo, reafirma as tendências apontadas por Lênin (1976 apud BEHRING et al., 2009, p.25) “a transferência de riquezas entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, [...] das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilização”, das condições e relações de trabalho, além do desmonte do sistema de proteção social”.

Além disso, o mercado impõe os mecanismos de ampliação da taxa de exploração por meio de políticas de gestão, que possibilitam a “intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento de salários; estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, que dificulta a organização sindical”. (BEHRING et al., 2009, p.26).

Isso significa, segundo Behring et al. (2009), o aumento do desemprego estrutural e a redução do trabalho protegido que expressam a extensão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão de obra e o “estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, que dificulta a organização sindical”. Ainda:

Produz-se a incorporação de novas tecnologias na produção, acompanhadas do ecletismo das formas de organização do trabalho, na busca de superlucros. Ao lado de formas especificamente capitalista e de novos setores incorporados à lógica da valorização, alvo dos investimentos externos diretos entre os quais o dos serviços organizados sob a forma capitalista, renascem, concomitantemente, formas arcaicas do trabalho doméstico, artesanal, familiar, assim como as economias subterrâneas e “informais” – mesmos nos países centrais. (BEHRING et al., 2009, p.27).

Segundo Behring et al. (2009) as múltiplas manifestações da “questão social”, sob orbita do capital, se expressam não raras vezes na privatização da política pública, cuja implementação expande a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas.

O liberalismo brasileiro, portanto, vem nutrindo-se, desde a formação do Estado Nacional, de forças representativas da tradição patrimonialista, em amplo processo de privatização da coisa pública, em detrimento das tradições republicanas, com sua vocação contratualista, democrática e universalizante. (BEHRING et al., 2009, p.35).

Assim sendo, o Estado dentro dessa perspectiva tem o papel cada vez menos atuante, ou seja, “a política social fortemente crivada pela concepção liberal que atribui ao “mercado” a chave para a solução para todos os “desequilíbrios” e à capacidade do Estado estabelecer um “pacto social”, a responsabilidade de gerar um “desenvolvimento com equidade””. (BEHRING et al., 2009, p.35).

Suplementando:

De um lado, tem-se um grupo central proporcionalmente restrito, de trabalhadores regulares com cobertura de seguros sociais e direitos de pensão, dotados de uma força de trabalho de maior especialização e salários relativamente mais elevados. De outro lado, presencia-se um amplo grupo periférico, formado de contingentes de trabalhadores temporários e/ou de tempo parcial, dotados de habilidades facilmente encontráveis no mercado, sujeitos aos ciclos instáveis da produção e dos mercados. A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeito ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. Cresce o trabalho desprotegido e sem expressão sindical, assim como o desemprego de larga duração. Os segmentos do proletariado excluídos do trabalho envolvem trabalhadores idosos ou pouco qualificados e jovens pobres, cujo ingresso no mercado é vetado. (BEHRING et al., 2009, p.27; apud BIHR⁷, 1999, p.83-86).

Logo outro ponto se expressa na mundialização financeira que “impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que

⁷ BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços”. (BEHRING et al., 2009, p.28).

Recursos financeiros oriundos da produção, arrecadados e centralizados pelos mecanismos fiscais, por meio da dívida pública, tornam-se cativos das finanças, que se apropriam do Estado, paralisando-o. Este passa a ser “reduzido” na satisfação das necessidades das grandes majorias, visto que o fundo público é canalizado para alimentar o mercado financeiro. (BEHRING et al., 2009, p.26).

De acordo Santos (2012) os mecanismos postos resultam na regressão aos direitos sociais e políticas públicas, bem como sinalizam as expressões da “questão social” de forma isolada autônoma.

Portanto, atribuir visibilidade aos fios (in) transparentes supra-assinalados é de maior importância para compreender a gênese da (re) produção da *questão social*, que se esconde por detrás de suas múltiplas expressões específicas, numa unidade de diversidades. Aquelas expressões aparecem sob forma de “fragmentos” e “diferenciações”, independentes entre si, traduzidas em autônomas “questões sociais” e respectivas políticas sociais. (BEHRING et al., 2009, p.28).

Ainda:

Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das “exigências dos mercados”. Afirma-se existir uma estreita dependência entre responsabilidade dos governos no campo monetários e financeiro e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa, que reconfiguram a *questão social* na cena contemporânea. (BEHRING et al., 2009, p.27-28).

Nessa perspectiva, o predomínio do “capital fetiche conduz à banalização da vida humana, a descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da *questão social* na era das finanças”. (BEHRING et al., 2009, p.29).

Ele atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital-mercadoria – retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. Ao mesmo tempo desenvolvem-se, em níveis sem precedentes históricos, em um mercado mundial realmente unificado e desigual, as forças produtivas sociais do trabalho aprisionadas pelas relações sociais que as sustentam. (BEHRING et al., 2009, p.29).

Logo “essas advertências são da maior importância dadas às articulações, na realidade, entre essa e as demais expressões da “questão social”, que é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão””. (SANTOS, 2012, p. 124).

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (SANTOS, 2012, p.25; apud IAMAMOTTO⁸; CARVALHO, 1995, p.77).

Sobremaneira que o resultado segundo Heller⁹ (1978, p.87-113; apud BEHRING et al., 2009, p.29) potencializa as “contradições sociais de toda natureza, que impulsionam as *necessidades sociais radicais*: aquelas que nascem do trabalho e motivam a práxis que transcende o capitalismo e aponta para uma livre individualidade social emancipada das travas da alienação, da sociabilidade reificada”.

Segundo Santos (2012) essas tendências são espectros da política econômica brasileira traduzida na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, bem como, na “ortodoxia monetarista [...], numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa”. (BEHRING et al., 2009, p.36).

A estrutura econômica e a organização política da sociedade expressam a dominação da classe dominante sob a classe trabalhadora, oriundas do modo de produção capitalista e, que segundo Santos (2012) “contrapõe-se a outras perspectivas, cujos argumentos centrais para a abordagem da “questão social” são as mudanças nas formas de “solidariedade” ou coesão social”.

Ainda Santos (2012, p.17) pontua que nesta última “desaparecem” conexões essenciais que determinam esses fenômenos [...] “seus fundamentos econômicos e históricos, o que, aliás, é bastante funcional a uma naturalização de suas expressões, profundamente conectada com a necessidade de afirmação da aparente positividade capitalista”. E assim sendo, contribui para uma visão distorcida da realidade, uma vez que apresenta apenas sua aparência e sua imediatez, de modo a contemplar as necessidades e interesses de apenas uma classe social.

Neste contexto, existe uma banalização do processo de trabalho social na medida em que se transfere a ele o caráter de mercadoria, isto contribui para formas arcaicas de trabalho, perda de direitos conquistados por lutas históricas da classe trabalhadora, bem como para um

⁸ IAMAMOTO, M; CARVALHO, R de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1995.

⁹ HELLER, A. *Teoria de las necesidades en Marx*. Barcelona: Península, 1978.

Estado menos atuante, e tal tendência do capital remete a redução da satisfação das necessidades dos/das trabalhadores (as).

O trabalho baseado na exploração dos capitalistas sobre trabalhadores é alienante e não emancipador. A emancipação do/a trabalhador (a) remete a equidade de distribuição de riquezas produzidas socialmente, ou seja, das condições materiais e imateriais de sua existência.

4. SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No desvendamento das complexas e intrincadas transformações que atravessam a sociedade contemporânea, questionamos como superar o modo de produção capitalista, diante de tal complexidade em que o “capital invade a vida íntima dos indivíduos, através da acentuada mercantilização da satisfação de necessidades e do controle dos comportamentos sociais, políticos e culturais”. (SIMIONATTO¹⁰, 2003, p.276).

Simionatto (2003, p.276) também sustenta que “no contexto da vida pública ocorre à integração recíproca entre Estado, sociedade e mercado, o que requer, consequentemente, uma reestruturação das esferas social, econômica, política e cultural”.

Para tanto, “os atuais padrões e formas de domínio no campo econômico, necessários à reestruturação do capital, impõem, ainda a necessidade de socialização de novos valores e regras de comportamentos, de modo a atender à esfera da produção quanto à reprodução social.” (SIMIONATTO, 2003, p.275). Ainda que:

Em outros termos, um conjunto de fatores nos campos objetivo e subjetivo redefine a correlação de forças entre as classes sociais e, consequentemente, os projetos sociopolíticos mais amplos. Tais relações não se referem apenas à criação de uma nova forma de organização do trabalho e do capital, mas também à formação de novos pactos e consensos entre capitalistas e trabalhadores, já que o controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas implica, ainda o consentimento e a adesão das classes à nova ideologia. (SIMIONATTO, 2003, p.276).

Neste sentido, Gramsci sinaliza que a hegemonia “é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer”. (GRUPPI¹¹, 1978, p.5).

Assim sendo, Simionatto (2003, p.276) sinaliza que “a realidade contemporânea a partir de Gramsci implica, fundamentalmente, analisar alguns apontamentos relativos às manifestações do capitalismo nos campos ideológicos e cultural, os quais, em seu conjunto e em escala planetária, receberam o nome de neoliberalismo”.

Para tanto Simionatto (2003) aponta que as transformações operadas no pensamento dominante no capitalismo contemporâneo interferem diretamente na vida social dado o cenário

¹⁰ COUTINHO, C. N (Org.). *Ler Gramsci e entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.275-286.

¹¹ L, GRUPPI. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.5.

que sustenta a lógica do grande capital que incide não somente no controle do capital com a extração da mais-valia, mas ainda no consentimento e a adesão das classes à nova ideologia.

Nesse âmbito, segundo Simionatto (2003) as novas formas de organização social e expressões culturais afirmam interesses individuais e difusos, que reforçam a dicotomia indivíduo/classe, público/privado contribuindo de forma incisiva para o aumento da alienação e o esvaziamento dos processos histórico-sociais, a neutralização e a banalização das transformações societárias em curso.

A crítica gramsciana ao conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais decorrentes desde a metade do século XIX, adentrando o século XX, tem como marco o pós-Primeira Guerra em que foi “detidamente esmiuçado por ele, de modo a captar as formas de organização do capital, do trabalho e do Estado e as estratégias capitalistas para o fortalecimento do projeto hegemônico”. (SIMIONATTO, 2003, p.277).

Para Simionatto (2003) o discurso hegemônico opera de forma a superdimensionar uma cultura de passividade e de conformismo, que incide no cotidiano das classes subalternas, reafirmando práticas e/ou ações particularistas em detrimento de projetos de natureza coletiva. E assim a ideologia dominante sedimenta essa naturalização em sua justificação da dinâmica capitalista, segue:

A globalização foi difundida, vendida, e impingida a governos, partidos, sindicatos, em todos os países, mas principalmente nos de economia periférica, como a única possibilidade, política e ideológica, “necessária e irrecusável” ao ingresso na modernidade capitalista. “Fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador”, indispensável aos Estados nacionais no acesso às transformações tecnológicas em curso no mundo todo, foram tais idéias subsidiárias na fabricação dessa crença. E, por outro lado, a ausência de qualquer outra alternativa. O tema da “construção democrática” foi substituído pela preocupação com a “estabilidade política” econômica. (FIORI¹², 2001).

Diante do exposto, Simionatto (2003, p.278) afirma: “construiu-se uma hegemonia que, ao difundir a ideia de estabilização do sistema econômico, produz, na mesma medida, um conformismo que atravessa todo tecido social, reforçando a crença de que a realidade de hoje desde sempre foi assim, e para sempre será”.

Outro ponto, parte da complexidade das relações Estado/Sociedade - “apresenta-se hoje como eixo fundamental na discussão das transformações do capitalismo contemporâneo, das

¹² J, L, FIORI. *Brasil no espaço*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

novas formas de expressão do Estado, e da sociedade civil e, conseqüentemente, dos processos de construção de hegemonia nesse cenário de crise”. (SIMIONATTO, 2003, p.279).

Assim sendo, sob a ótica da realidade latino-americana e, mais especificamente da brasileira, dadas as dimensões que a crise assume no país, ou seja:

No Brasil, o esgotamento do Estado burocrático-desenvolvimentista desencadeou um processo de ajuste estrutural, desregulamentando a economia, suprimindo sua função reguladora, substituindo-a pelo jogo do livre mercado, com a promessa de que seu poder auto-regulador proporcionaria uma distribuição de renda mais racional. No entanto, a renúncia da função do Estado como agente econômico-produtivo favoreceu, em toda a América Latina, a privatização das empresas estatais, a redução do setor público e de toda máquina estatal. (RIBEIRO¹³, 2000, p.39)

Neste sentido, Simionatto (2003) pontua o que esmaecimento da função do Estado acarreta a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulamentação do mercado, ou seja, o poder político passa ser pensando sob a lógica do poder econômico.

As relações Estado/sociedade, nesse cenário, elidem a formação de uma cultura que substituiu a relação estatal pela livre regulação do mercado. Nessa ótica, a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um “consenso ativo”, em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira “reforma intelectual e moral”, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise internacional do capital, consegue socializar uma “cultura da crise”, transformando em base material do consenso e, portanto, da hegemonia”. (MOTA¹⁴, 1995).

Diante disso, Simionatto (2003, p.280) coloca que “esse discurso genérico tem efeito imediato no campo prático-operativo, na medida em que as ações desenvolvidas para recuperação econômica são de natureza transclassista, ou seja, beneficiam a todos sem distinção”. No entanto “do ponto de vista político, essa estratégia também cria a subalternidade das demais camadas de classe, obstaculizando a possibilidade de as mesmas elaborarem uma visão de mundo de corte anticapitalista e alianças e estratégias em defesa de seus próprios interesses”. (SIMIONATTO 2003, p.280).

Diante disso, “a centralidade conferida à micropolítica, tendo como cenário a nova “sociedade civil”, em que os interesses universais e de classe são substituídos por objetivos

¹³ T.S. RIBEIRO. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000. p.39.

¹⁴ A, E, MOTA. *Cultura da Crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.

grupais e específicos, em reformas pontuais e cotidianas da política localizada [...],” (JAMESON¹⁵, 1996). Ainda:

[...] esvazia a perspectiva de avanço nas lutas pela totalização dos processos sociais, tornando-as aparentemente desencarnadas do Estado, centradas em questões regionais particulares e localistas, de modo a cancelar análises mais abrangentes, relativas ao próprio sistema econômico e à totalidade social, de tal forma que a antecipação do “concreto” é substituída pelo meramente particular. (JAMESON, 1996).

Para tanto Simionatto (2003, p.286) afirma que “a hegemonia também se coloca num novo campo de lutas, de alianças, de construção/desconstrução de saberes e experiências, pois antes de mais nada, cita Gramsci “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica (CC,1,399).

De acordo com Simionatto (2003) se trata de uma tarefa complexa, visto a herança conservadora ainda arraigada, mas possível perante a compreensão da realidade a partir do exercício permanente pautado pela razão crítica de modo a captar a realidade além de sua aparência, ou seja, captar as suas múltiplas determinações histórico-sociais dado a cada momento histórico.

¹⁵ C, F, F, JAMESON. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

5. HISTÓRICO DE APROXIMAÇÃO COM O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O presente trabalho tem como referencial a minha aproximação com o Movimento de Economia Solidária iniciada no campo de estágio obrigatórios do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste sentido, surgiu a possibilidade de realizar o estágio na instituição Centro de Referência de Assistência Social de proteção básica (CRAS) da comunidade do Rio Tavares localizado na cidade de Florianópolis/SC, bem como acompanhar as reuniões da associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha- GAAI, desta comunidade.

Dentro do exposto, enquanto estagiária do curso de Serviço Social comecei a frequentar as reuniões da associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha- GAAI, e durante o tempo que estive acompanhando-os, os instrumentais técnico-operativos do exercício profissional de Serviço Social que nortearam minha prática foram a reunião, a observação, o relatório e a entrevista.

No que se refere ao estágio obrigatório I, acompanhei as reuniões da associação GAAI com outras duas estagiárias do curso de Serviço Social e mais duas estagiárias do curso de Psicologia da universidade supracitada acima. A partir de março a agosto de 2015 referente ao estágio obrigatório II, ficando só eu como estagiária para acompanhar as reuniões da associação GAAI, sendo interrompido o período de estágio obrigatório II, bem como tive que redimensionar a pesquisa devido à greve dos servidores públicos do CRAS do Rio Tavares e os demais Centros de Referências de Assistência Social da Grande Florianópolis/SC.

Pretendo neste trabalho contextualizar a minha vivência no campo de estágio e o movimento de economia solidária que fundamenta esta pesquisa dividindo-a em dois momentos: o primeiro, a criação do grupo de artesãos e da associação GAAI e o seu desenvolvimento na qualidade de empreendimento econômico solidário; e segundo a minha participação, realizando a interlocução da teoria com a prática tendo como centralidade as práticas e/ou experiências que consubstanciam a economia solidária.

5.1. Grupo de Artesãos

Para contar um pouco da história início com a criação do grupo de artesãos, dentro da política de assistência social ressaltando a atuação do Serviço Social que possibilitou o espaço para o desenvolvimento do grupo, a partir do grande número de artesãos e das dificuldades encontradas por eles em permanecer com sua atividade, ou seja, manter o seu trabalho e renda na baixa temporada em Florianópolis/SC.

Assim sendo, o grupo de artesãos surgiu mediante a percepção dos profissionais de Serviço Social frente à quantidade de artesãos que buscavam nos serviços de assistência social a possibilidade de complementar a renda, bem como o entendimento da política enquanto direito, de modo a garantir não só os benefícios e programas da política de assistência, mas também o direito de acesso ao trabalho, à cidade e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Neste sentido, os profissionais de Serviço Social da instituição CRAS do Rio Tavares realizaram um mapeamento do território de modo a diagnosticar o mercado de trabalho local, no qual apresentou (Serviços: pequeno comércio, supermercados, trabalho doméstico em geral e Construção Civil, trabalho na temporada – turismo).

Ainda os artesãos foram atendidos individualmente pela equipe técnica, bem como foi realizado o cadastramento individual no cadastro único (Cadúnico) e, conforme as demandas socioassistenciais de cada um deles e, dentro dos critérios de acesso aos benefícios e programas que integram a política de assistência social, assegurando-lhes o direito. Sendo que os critérios de acesso dos Benefícios e Programas que integram a política de assistência social, disponibilizado pelo CRAS são:

- Dos Benefícios:

Os Benefícios Assistenciais se dividem em duas modalidades direcionadas a públicos específicos: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. O BPC garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo vigente ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. Os Benefícios Eventuais caracterizam-se por seu caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (BRASIL, 2014).

- Dos Programas:

O Programa Bolsa Família - Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social. A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família, procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. Todas as informações relacionadas às condicionalidades das famílias podem ser encontradas no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON). (BRASIL, 2014).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil. O PETI está estruturado estrategicamente em cinco eixos de atuação: informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas; busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e encaminhamento para serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer ou trabalho; reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares; e monitoramento. (BRASIL, 2014).

Além do acesso dos Benefícios e Programas que integram a política de assistência social, o CRAS do Rio Tavares disponibiliza aos artesãos o cartão de transporte para participação das atividades desenvolvidas pelo CRAS e parcerias, concedido pela Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS) – da Prefeitura Municipal de Florianópolis/PMF, bem como alimentação (lanche – água, café, suco e bolacha) e recurso de infraestrutura cedendo o espaço físico à sala de atendimento coletivo do CRAS, na qual a reunião ocorre no horário das catorze horas às dezessete horas, todas as terças-feiras.

Desse modo, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Rio Tavares, de Proteção Social Básica (PSB) da política de assistência social do Município de Florianópolis através da equipe de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF fomentou a organização dos usuários que tem como atividade: o artesanato e residiam no território de abrangência, ou seja, o sul da Ilha e atualmente as demais localidades da Grande Florianópolis.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegurar a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS. (BRASIL, 2011, p.31).

Para tanto, o PAIF e outros serviços socioassistenciais de proteção básica, ou seja, aqueles de caráter preventivo, proativo e coletivo, também podem ser prestados ao usuário pelo CRAS, desde que atendam a demanda do território e, promovam o desenvolvimento do usuário, seguindo o parâmetro PAIF que tem como objetivo “o fortalecimento da convivência familiar e comunitária”.

Tal ação da equipe técnica do CRAS tem como objetivo “o fortalecimento de vínculos comunitários (o sentido de pertencimento à cidade); organização coletiva, criação de oportunidades e espaço para exercer a atividade, além do reconhecimento do sujeito de direito”, bem como utiliza a “metodologia participativa a matriz FOFA (análise dos aspectos externos Oportunidades e Ameaças, e os aspectos internos Fortaleça e Fraquezas) para o desenvolvimento do grupo, tendo como instrumentos reuniões, articulação intersetorial e comunitária, assessoria através de oficinas”.

No ano de 2012 foram realizados 13 encontros entre os meses de agosto a dezembro, com a participação de 27 famílias, na qual avaliação da equipe técnica foi que “criaram-se laços de identidade, mas ainda frágeis; definição de objetivos e estratégias para alcançá-los”. Já no ano de 2013 foram realizados 02 encontros um no mês setembro e outro outubro com a participação 07 famílias, sendo avaliado pela equipe técnica “contexto não favorável: equipe CRAS reduzida, greve servidores públicos, proximidade com a temporada de verão – grupo disperso”.

Com relação ao ano de 2014 é notório o desenvolvimento do grupo, sendo realizados 36 encontros de julho a dezembro, com a participação de 13 pessoas, na qual avaliação da equipe técnica foi que “atualmente o grupo conta com 13 integrantes havendo adesão e

participação; e o avanço do grupo enquanto empreendimento econômico de economia solidária”.

Assim sendo, a partir de julho de 2014 o CRAS do Rio Tavares contou com parceira da Ação Social Arquidiocesana (ASA) entidade membro da Cáritas Brasileira- Regional de Santa Catarina que tem desenvolvido ações de cunho social através do projeto “Fortalecendo Experiência de Economia Solidária em Santa Catarina” patrocinado pela Petrobras através do “Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania”.

A Ação Social Arquidiocesana – ASA, fundada em 17/11/1960, é uma associação civil, filiada a Cáritas Brasileira, sem fins lucrativos e econômicos, e que enquanto entidade de Assistência Social tem por finalidade desenvolver seus serviços, programas, projetos através de Assessoramento aos beneficiários da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e Defesa e Garantia de Direitos de forma gratuita, continuada, permanente e planejada. Atua, prioritariamente, nos 30 municípios que compõem a Arquidiocese de Florianópolis. Em colaboração com outras entidades congêneres e movimentos sociais populares, estende sua prática social a outras regiões do Estado de Santa Catarina. (BRASIL, 2015).

Apesar da parceira com CRAS ter se dado somente no mês de julho 2014, a Cáritas já a executava o projeto “Fortalecendo Experiências de Economia Solidária em Santa Catarina”, “desde janeiro de dois mil e onze, após ter sido aprovado na Seleção Pública de Projetos 2010 do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania”. (BRASIL, 2015).

Sendo que a Cáritas atua no empreendimento de economia solidária em “sete regiões do Estado e no final do projeto, ela pretende ter oferecido formação para pelos menos sessenta e seis Empreendimentos de Economia Solidária e criado outros quinze.” (BRASIL, 2015).

Além disso, na “Arquidiocese de Florianópolis participam do projeto 10 empreendimentos de economia solidária na primeira etapa do projeto com duração de dois anos, bem como o público beneficiado diretamente pelo projeto é de pelo menos 1.340 pessoas.” (BRASIL, 2015).

Ainda o projeto “Fortalecendo Experiência de Economia Solidária” (FORTEES) tem como objetivo “contribuir para a viabilidade de econômica de Empreendimentos de Economia Solidária como alternativas de geração de trabalho e renda, em vista ao protagonismo de grupos sociais em situação de exclusão em Santa Catarina”. (BRASIL, 2015).

Assim sendo, o projeto “Fortalecendo Experiência de Economia Solidária” (FORTEES) tem desenvolvido “atividades como formações sobre gestão, contabilidade e autogestão, visitas de acompanhamento econômico, encontro de Intercambio entre os EES, divulgação de eventos e feiras de economia solidária, oficinas de comunicação social”, entre outros. (BRASIL, 2015).

Para tanto, as atividades desenvolvidas pelo projeto FORTEES com o grupo de artesãos ocorre uma vez por mês prestando assessoria ao grupo de artesões, sendo que foram realizadas 09 reuniões entre o mês de agosto (2014) a maio de 2015 com temas diversos.

O grupo de artesãos também tem participado do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis – FRES que “é uma organização informal, e surgiu da necessidade de fortalecer uma rede local de desenvolvimento e criação de novos empreendimentos com base nos princípios da economia solidária”. (BRASIL, 2015)

O Fórum Regional de Florianópolis de Economia Solidária – FRES existe desde 2005, sendo no que se refere “à coordenação do FRES na gestão 2014/2015 é composta por representantes dos seguintes segmentos: empreendimentos de economia Solidária da área urbana e rural, entidades de apoio e fomento, gestores públicos”. (BRASIL, 2015)

As reuniões ocorrem mensalmente toda primeira quinta-feira no horário das 14h00min na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no município de Florianópolis, sendo que em abril de 2015 os representantes dos Empreendimentos de Economia Solidária (Grupo Rosas Solidárias – Tijucas; Mulheres Artesãs de Garopaba; GAAI – Florianópolis; Floripa Mel – Florianópolis; Rendeiras Praia do Forte – Florianópolis, Rendeiras Pântano do Sul – Florianópolis; Rede de Fibras – Florianópolis, Arte Sustentável – Palhoça, Flor de Lótus – Florianópolis), colocaram a necessidade:

[...] de haver um encontro mensal para discutir de forma coletiva e autogestionária, as prioridades, normas e ações para que os empreendimentos possam avançar de forma concreta tanto na comercialização como no entendimento do que é economia solidária – os encaminhamentos EES do Fórum Regional de Florianópolis foram: Reunião mensal dos EES, no mesmo dia da Reunião do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis, com início às 13h00min (uma hora antes); Será realizado um cadastramento dos EES que deverá ser realizado pelo próprio empreendimento e não por representantes de EAF ou GP; Para a participação nas feiras e eventos é necessário que os empreendimentos participem das reuniões dos empreendimentos e da reunião do Fórum Regional; Em relação à participação em feiras, a princípio o compromisso assumido pelo coletivo de EES é de uma atividade por mês. (BRASIL, 2015).

Portanto é nesse contexto que o grupo de artesãos tem se desenvolvido enquanto empreendimento econômico solidário de maneira não só a buscar trabalho e renda, mas o direito a cidade, com oportunidades e espaço para exercer a sua atividade, bem como o seu reconhecimento através do fortalecimento de vínculos comunitários, ou seja, se aproximando do cotidiano de tantos outros artesãos que perpassam por dificuldades semelhantes, não como

forma de refúgio dos desempregados, mas como possibilidade de materialização enquanto sujeito de direito.

Neste sentido, o trabalho coletivo precisa de fato ser materializado e objetivado como lócus da (re) produção na vida social dos (as) trabalhadores (as) de modo a conceber reais possibilidades de mudanças. É importante a discussão de economia solidária no âmbito da unicidade de classe.

5.2. O Grupo de Artesão e o Movimento de Economia Solidária

O grupo de artesãos enquanto empreendimento econômico solidário veem se desenvolvendo desde julho de 2014 através da assessoria prestada pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Rio Tavares, bem como a participação do projeto “Fortalecendo Experiência de Economia Solidária” – FORTEES e no Fórum Regional de Economia Solidária do município de Florianópolis.

Assim sendo, desde setembro de 2014 o grupo de artesão está na construção e/ou reelaboração do Estatuto e do Regimento Interno, ou seja, processo de formalização/legalização da associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha- GAAI, tendo como missão “fomentar entre os associados o espírito de solidariedade junto à economia solidária e, em comum interesse ao ambiente por meio da reciclagem, visando à sustentabilidade e autogestão de seus associados”.

O GAAI é uma sociedade civil, de caráter representativo, educacional e beneficente, com personalidade jurídica própria, sem finalidade lucrativa, política ou religiosa, com tempo indeterminado de duração, regendo-se por este ESTATUTO¹⁶, [...] (BRASIL, 2015).

Atualmente, a associação GAAI não dispõe de um espaço físico próprio, ou seja, uma sede, e assim as reuniões semanais ocorrem no CRAS do Rio Tavares, de maneira que os artesãos têm se organizado de modo a viabilizar um espaço para reunião, produção e a comercialização dos seus produtos, mas tem encontrado dificuldades devido à falta de recursos financeiros para aluguel de um imóvel, bem como veem sistematizando um espaço público para criação de um Centro Cultural no Sul da Ilha de Florianópolis.

¹⁶ BRASIL. *Estatuto do Grupo de Artesãos e Artistas Independentes GAAI*: I do Nome, Sede, Foro, Objeto e Duração. Florianópolis; março de 2015.

Dentro do empreendimento de economia solidária a associação GAAI tem como produto em comum a produção de bolsa jeans e, a partir dela cada artesão utiliza de sua habilidade específica para customizar o produto. No entanto o produto (bolsa jeans) passou por alteração no que se refere à descrição sendo denominada sacola retornável, tal alteração se deve a consciência coletiva de não limitar a matéria-prima reciclada para a produção das sacolas.

Para a produção das sacolas, a associação GAAI tem contado com doações da matéria-prima e também com a contribuição mensal dos sócios (artesãos) e com fundo de 10% arrecadado sobre a venda do artesanato produzido por cada artesão, além da disponibilidade de matéria-prima dos próprios artesãos, ou seja, cada um dispõe para associação a utilização de materiais tais como: linhas, tesouras, agulhas, maquinários, entre outros.

A associação GAAI para além da comercialização das sacolas conta com o artesanato de cada sócio, sendo através da venda desse produto que é arrecado os 10% para o fundo da associação. Ressaltando que a contribuição dos 10% pelos sócios para o fundo da associação só ocorre quando há venda do produto, bem como a venda das sacolas o valor integral do produto fica para a associação.

Art.5^{o17}- GAAI funcionara sem fins econômicos. Para prover suas necessidades de materiais, instrumentos e equipamentos necessários ao seu funcionamento, manter-se à, através de: a) Contribuição dos Associados; b) Doações, legados ou herança; c) Verbas e recursos auferidos através de seus Associados, órgãos públicos ou entidades privadas; d) Rendimentos de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração; e) Recebimento de Direitos autorais; f) Termos de parceira, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação; g) Contratos firmados com empresas nacionais e estrangeiras. (BRASIL, 2015)

Atualmente os consumidores dos produtos têm sido as pessoas que participam de feiras e/ou festas locais e eventos e/ou feiras de economia Solidária, assim sendo a área de abrangência, ou seja, o espaço geográfico de comercialização tem sido rua, bairro e cidade. A respeito da infraestrutura para exposição do produto/artesanato são barracas dos próprios artesãos e, por vezes da equipe organizadora dos eventos e/ou feiras.

No que se refere ao perfil dos sócios da associação GAAI, ela é constituída por 05 homens e 08 mulheres todos (as) artesãos (sãs) com faixa etária entre 31 a 72 anos; a

¹⁷ BRASIL. Estatuto do Grupo de Artesãos e Artistas Independentes GAAI: Capítulo II – Do Capital Social. Florianópolis; março 2015.

escolaridade percorre do ensino fundamental, médio completo/incompleto e superior incompleto; áreas de atuação profissional na qual atuam e/ou atuaram são: oficineiro, artesão, jardineiro, serviços gerais, caseiro, babá, doceira, artesã e costureira.

A estrutura organizacional da associação GAAI é constituída por presidente/coordenadora, 02 suplentes, 02 tesoureiros e 01 secretária, ressaltando que no empreendimento econômico solidário os cargos representativos devem ser só para operacionalizar as atividades. Assim sendo, diante dos conflitos as mediações e/ou tomadas de decisões devem ser em torno da coletividade, isto é, não cabendo hierarquização, pois as decisões deixam de vir de cima e passam a ser delegadas no coletivo.

A respeito dos processos participativos da associação GAAI, eles têm ocorridos através da participação das reuniões semanais no CRAS - do Rio Tavares, reuniões mensais no Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis e recentemente no Fórum de Políticas Públicas do Sul Ilha de Florianópolis, bem como no Conselho de Saúde local da comunidade do Rio Tavares e o auxílio de ações promovidas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste sentido, o grupo de artesãos da associação GAAI tem encontrado dificuldades para se firmar enquanto empreendimento econômico solidário, tanto no aspecto econômico, quanto político e social. Para tanto as dificuldades encontradas pela associação GAAI não se caracterizam como produto do grupo de artesãos em si, na medida que os termos “economia solidária” apresentam uma gama de sentidos, dada a diversidade de interesses dos agentes envolvidos.

Assim sendo, esse processo é marcado pela inter-relação contraditória, que por vezes dá o lugar a um discurso desencontrado de conceitos e práticas que inviabilizam a discussão mais ampla dos princípios que compõem a economia solidária como: autogestão, cooperação e solidariedade. E ainda os sentidos dados ao uso do termo “economia solidária” podem tanto aproximar quanto distanciar o sujeito político dos processos históricos de lutas, resistências e conquistas.

Neste ponto, o desafio do grupo e/ou associação GAAI enquanto sujeito político está no movimento para construir uma identidade enquanto empreendimento econômico solidário; no reconhecimento da importância da participação mais direta e efetiva nos espaços públicos; da importância da discussão para as tomadas de decisões coletivas, bem como processo pedagógico contínuo que permita a reflexão sobre a economia solidária que estão envolvidos no processo social mais amplo oriundo de uma sociedade de classes.

5.3. Interlocução Teoria e Prática

Para entender o espaço de vida do sujeito, do grupo, da instituição e da comunidade é concomitantemente fundamental a reflexão crítica e dialética a partir das três dimensões que norteiam a formação do assistente social que são a teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Contudo, segundo Sousa (2008, p.122) articular essas três dimensões coloca um desafio fundamental para os profissionais e estudantes de Serviço Social – a necessidade da articulação entre teoria e prática e que não devem ser encaradas como dimensões separadas, pois isso pode gerar uma inserção desqualificada do Serviço Social no mercado de trabalho e, ainda “ferir os princípios éticos fundamentais que norteiam a profissão”.

Neste sentido a minha participação enquanto estagiária de Serviço Social na instituição Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da comunidade do Rio Tavares localizado na cidade de Florianópolis/SC, bem como minha participação na Associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha- GAAI se deu através de reuniões e da minha observação como instrumentos da ação profissional do assistente social de maneira a captar a realidade daqueles (as) artesãos (sãs) e, portanto das necessidades vivenciadas por eles, sendo registrada também em relatórios e entrevista que são instrumentos de trabalho do assistente social.

Mas é importante ressaltar que, independente do instrumento que se utilize, a dimensão ético-política deve ser constantemente refletida e pensada. A instrumentalidade da nossa profissão, conforme toda a reflexão de Guerra, é a da manutenção e reprodução da ordem burguesa, com vistas ao controle e reprodução dos segmentos pertencentes à classe trabalhadora. Se o nosso *modus operandi* não estiver em plena sintonia com o projeto ético-político que, hoje, defende o Serviço Social, podemos cair nas teias do conservadorismo e do tecnicismo, tão presentes na trajetória histórica da nossa profissão. (SOUSA, 2008, p.131-132).

Logo foi legítimo o meu interesse de descrever e analisar o cotidiano vivenciado por aqueles (as) homens e mulheres de várias idades e etnias, unidos coletivamente em meio a atividade de trabalho em prol de uma causa em comum – que é interagir e se integrar ao mundo do trabalho tendo como base os princípios da economia solidária.

As minhas inquietações, reflexões e dúvidas perante o movimento de economia solidária se fizeram necessárias para buscar as informações e conteúdo de qualidade, de modo a contribuir na produção de conhecimento sobre o empreendimento econômico solidário.

Para fundamentar o presente trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, consultando fontes de informações que propiciaram construir um suporte teórico-metodológico, de maneira a sustentar a análise e interpretação sobre o tema. Desta forma para responder as questões sobre a prática e/ou a experiência que consubstancia a economia solidária da associação GAAI foi necessária a autorização para entrevistar cada associado (a) de forma que tornasse espontânea a sua participação.

Assim sendo, foi elaborado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e, antes de cada entrevista foi realizada a leitura do termo de consentimento, ressaltando a confidencialidade dos dados obtidos, para posterior assinatura dos participantes da entrevista. Neste sentido, segue abaixo os quadros com a entrevista realizada com os (as) artesãos (ãs) referente ao cotidiano vivenciado na Associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha e o entendimento deles (as) a respeito de empreendimento solidário:

Quadro 1

Nº ¹⁸	Perfil do (a) entrevistado (a)	Pergunta	Resposta
01	<i>Sexo: Feminino. Idade: 54 anos. Escolaridade: 2º grau. Atividade desenvolvida no EES: Criação e costura.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R1: Trabalho renumerado em (1º) primeiro, moradia, alimentação, escola, etc. Busca pelo sustento.</i>
02	<i>Sexo: Masculino. Idade: 64 anos. Escolaridade: 2º grau. Atividade desenvolvida no EES: em andamento.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R2: Executar algo.</i>
03	<i>Sexo: Feminino. Idade: 45 anos Escolaridade: 8º ensino fundamental. Atividade desenvolvida no EES: Artesã.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R3: Dignidade, profissão, respeito, suprimento de suas necessidades básicas e sociais.</i>

¹⁸ Nº Significa o número de entrevistado; P significa pergunta do pesquisador; R = resposta do (a) entrevistado (a); O número significa a localização da pergunta ou resposta da entrevista completa.

04	<i>Sexo: Feminino. Idade: 65 anos. Escolaridade: Fundamental. Atividade desenvolvida no EES: Costureira.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R4: Produzir algo que represente alguma coisa para nossa sobrevivência.</i>
05	<i>Sexo: Masculino. Idade: 63 anos. Escolaridade: 8ª série. Atividade desenvolvida no EES: Trabalho em grupo.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R5: Progresso pessoal.</i>
06	<i>Sexo: Feminino. Idade: 30 anos. Escolaridade: Ensino médio completo. Atividade desenvolvida no EES: Bijuteria e assessorio de macramê.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R6: Meio de ganhar dinheiro.</i>
07	<i>Sexo: - Idade: - Escolaridade: -. Atividade desenvolvida no EES: Artesanato em arame.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R7: Artesanato e reciclagem de todo tipo: latinha, madeira, Arame, tear?</i>
08	<i>Sexo: Feminino. Idade: 46 anos. Escolaridade: Ensino médio. Atividade desenvolvida no EES: Canecas personalizadas.</i>	P1: Quando a gente fala a palavra Trabalho para você o que vem na tua mente?	<i>R8: Realização da vida, construção de algo importante.</i>

Dos oito entrevistados (as) encontram numa faixa etária que variou de 30 a 65 anos, sendo que a idade média é de 42 anos. Neste sentido, o resultado demonstra que a maioria são mulheres em idade economicamente ativa. No que se refere à escolaridade de homens e mulheres entrevistados (as) o ensino varia de fundamental a ensino médio completo. A respeito da atividade desenvolvida dentro do EES pode-se verificar a forma com que cada artesão (sã) contribui para o desenvolvimento do empreendimento econômico solidário, seja individualmente no que se refere a sua habilidade, ou ainda coletivamente quando é agregada sua habilidade no produto em comum e na participação das atividades.

Com relação a pergunta acima se evidencia o trabalho como central na vida dos artesãos (sãs), seja como forma de sustento e/ou para atender suas necessidades, sentido esse que não difere da sociedade como um todo. Mas para os artesãos (sãs) o trabalho representa também um estilo de vida, pois é através do trabalho manual que eles (as) encontram a sua realização pessoal. No entanto no meu entendimento o trabalho manual em nossa sociedade tem pouca e/ou nenhuma valorização na medida que esses trabalhadores (as) não tem o reconhecimento da sua profissão na sociedade. Desta forma muitos trabalhadores (as) não raras vezes, não exercem a sua profissão de artesão, pois não encontram outra saída a não ser a de atender as exigências do sistema capitalista em que a tendência é ser um (a) trabalhador (a) assalariado (a) dito “formal” que é o profissional de carteira assinada. Assim sendo, acaba forçando os (as) artesãos (sãs) ao trabalho assalariado, e aqueles que não atendem as necessidades do trabalho/capital acabam à margem do capitalismo e/ou acabam por criar outras alternativas como forma de viver ou “sobreviver” no sistema capitalista.

Entre outras razões, por traços da cultura que determinam ritmos e disciplinas bastante diferentes entre trabalho agrícola e o das manufaturas nascentes. Assim sendo, as “escolhas” que se colocavam no horizonte desses sujeitos incluíam, além do assalariamento, a mendicância, a “vadiagem” ou a ladroagem, largamente utilizados como formas de resistências às novas relações sociais emergentes. [...] que coíbiam tais fenômenos, impelindo os desempregados ao trabalho assalariado com utilização de instrumentos de torturas como punições àqueles que resistissem às necessidades do capital. (SANTOS, 2012, p.34)

Tais tendências propiciam a exploração do trabalho, acumulação de capital, pois os trabalhadores são submetidos a baixos salários, intensas jornadas de trabalho. Desses contornos, emerge pauperismo de trabalhadores (as), bem como a resistência que resulta da correlação de forças determinadas pelos movimentos da luta de classes no Brasil.

Quadro 2

Nº	Pergunta	Resposta
01	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R1: Quando você não se encaixa mais nos moldes (...). Ditados pela economia atual</i>
02	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R2: Fica fora do mercado de trabalho.</i>
03	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R3: Não fazer parte dele de forma alguma, vivendo de forma indigna, sem condições básicas.</i>
04	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R4: É deixar de fora os trabalhadores que vive, mas dependências das drogas, bebidas e sem estudo.</i>
05	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R5: Inútil.</i>
06	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R6: Falta de educação e problema com idioma.</i>
07	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R7: A idade, a velhice.</i>
08	P2: O que você entende por “exclusão” de mercado de trabalho?	<i>R8: Para alguns a falta de oportunidades ou vontade(...).</i>

A “exclusão” de mercado de trabalho se apresenta perversa uma vez que evidencia a responsabilização de trabalhadores (as) pela sua própria condição de vida. Diante disso, o (a) trabalhador (a) se torna marionete, na medida que ele (a) se conforma com sua própria condição. Assim sendo, reforça a alienação que possibilita que trabalhadores (as) sejam manipulados, pois não reconhecem que sua condição de vida é decorrente de determinantes culturais, políticos, sociais e econômicos. Neste sentido representa uma expressão da “questão social”, na medida que inviabiliza o processo de luta, de resistência e conquista da classe trabalhadora, de modo a favorecer a dominação e a submissão de uma classe sob outrem.

Essas advertências são da maior importância dadas as articulações, na realidade, entre essa e as demais expressões da “questão social”. É evidente, por exemplo, que a pobreza – muitas vezes tomada como expressão máxima da “questão social” – somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos que, na sociedade

capitalista remete, de modo central, à questão do desemprego. Sem esquecer, é claro, que também trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, e, portanto, empregados (formal e/ou informalmente) não estão insetos dos processos de pauperização. É claro também, para continuar o exemplo, que a pauperização remete a outros indicadores sociais como acesso a saneamento básico, habitação, educação [...]. (SANTOS, 2012, p.134)

Segundo Santos (2012, p.135) tanto o mercado quanto o regime de trabalho visualizam respectivamente, de um lado, “as formas concretas de exploração de trabalho, e, do outro o nível de interferência das classes sociais e do Estado [...]”.

Quadro 3

Nº	Pergunta	Resposta
01	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R1: Trabalhar em conjunto. Dividir com igualdade.</i>
02	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R2: É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar. (...)</i>
03	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R3: Uma outra forma de comércio, onde os produtores podem vender, trocar e se relacionar com as pessoas, valorizando a vida e tendo suas necessidades supridas fora do sustento atual.</i>
04	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R4: ...seria trabalho solidário, não vejo como economia. (...)</i>
05	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R5: A forma de trabalhar em grupo.</i>
06	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R6: Uma maneira de participação social e comércio.</i>
07	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R7: Economia é ajudar ao próximo e trabalhar com reciclagem. (...)</i>
08	P3: O que você entende por economia solidária?	<i>R8: É um modo diferente, consciente de vender, trocar, doar. Visando a reciclagem, o meio ambiente. Um modo de autogestão valorizando a si ao próximo.</i>

A definição de economia solidária apresenta conceitos muito próximos aos disseminados pelo sistema capitalista de produzir, vender e comercializar mercadorias. Tais conceitos indicam a fragilidade no discurso da economia solidária, uma vez que podem direcionar práticas que substanciam a manutenção do sistema capitalista. Porém a fragilidade do discurso se deve ao próprio movimento de economia solidária que se apresenta bastante heterogêneo, pois a realidade vivenciada por estes trabalhadores (as) dentro do movimento de economia solidária se materializa na possibilidade de trabalhar e de exercer sua profissão de artesão (sã), no reconhecimento do seu trabalho, na oportunidade de fonte de renda, na valorização pessoal e de participação democrática que os trabalhadores (as) tem o poder decisão coletivo sob a organização, produção e distribuição de mercadorias, portanto, a importância de alertar para essa diferença.

De acordo com Netto (2001), a escassez que se reproduz nos marcos do capitalismo resulta da forma como estão estabelecidas as relações sociais de produção, podendo ser superada caso sejam superadas as formas de exploração do trabalho que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido. (SANTOS, 2012, p.30)

Neste sentido, as lutas de classe são iminentemente constitutivas, na medida que as relações sociais contraditórias entre capitalistas e trabalhadores possibilitam os questionamentos de uma classe sob outrem a respeito do modo de produção dito universal. De modo que tornam cada mais socializados os processos de exploração, bem como o surgimento de outras alternativas na perspectiva de superar o modo de produção vigente.

Quadro 4

Nº	Pergunta	Resposta
01	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R1: Cooperação: somar a sua ideia, talento, execução. Autogestão: Produzir sem ser patrão, sem ter patrão, sem ser empregado, sem ter empregados. Gerenciar o próprio empreendimento.</i>
02	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R2: Cooperação: uma organização coletiva agregada a um conjunto grande de atividades individuais e familiares. Autogestão: São os participantes das organizações exercitam praticas, participativas de autogestão.</i>
03	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R3: Cooperação: Trabalhar em conjunto, passar adiante experiências, unir forças, ideias e responsabilidades. Autogestão: Conseguir tomar conta do próprio negócio, organizando, planejando a produção e vendas dos empreendimentos onde todos são donos e empregados.</i>
04	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R4: Cooperação: Ajudar a todos do grupo sem extinção. Autogestão: Se manter com o seu próprio trabalho mantendo o grupo que você pertence.</i>
05	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R5: Cooperação: Trabalhar de forma grupal. Autogestão: Fortalecimento do grupo.</i>
06	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R6: Cooperação: Esquecer de um, e se colocar no lugar do outro. Autogestão: Igualdade de deveres e de direitos para</i>

		<i>cada um dos associados, participantes, etc.</i>
07	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R7: Ajudar a todos os que precisam. Autogestão: Somos responsáveis por tudo o que fazemos.</i>
08	P4: Quando a gente fala a palavra cooperação e autogestão dentro do conceito de economia solidária para você o que vem na tua mente?	<i>R8: Cooperação: Um modo de valorizar a si para valorizar próximo. Cuidar de si para cuidar do próximo. Autogestão: (não respondeu).</i>

Em geral, nas respostas acima o conceito de cooperação apresenta aliada a união e ajuda mútua entre pessoas e/ou grupo e o de autogestão evidência a responsabilidade dos trabalhadores (as) sob o seu empreendimento econômico solidário. Portanto para além dos apontamentos acima, no meu entendimento são trabalhadores (as) que através da força coletiva desenvolve a sua atividade manual dentro modo de produção capitalista, como alternativa de trabalho e renda. Neste sentido, os trabalhadores (as) desenvolvem a atividade manual, baseada na divisão do trabalho, mas que apesar do domínio deles (as) do processo de produção, não pode ser considerado capitalista pois eles não detêm os meios de produção. Mas para o movimento de Ecosol a autogestão representa o compromisso e/ou responsabilidades dos (a) trabalhadores (as) em administrar o seu empreendimento com transparência e democracia, bem como usufruir coletivamente o lucro de forma consciente, solidária e responsável. Assim sendo, a autogestão representa organização coletiva e autogestionária em que os (a) trabalhadores (as) desenvolvem uma forma de gestão baseada no coletivo. A cooperação está relacionada ao desenvolvimento comunitário e a satisfação das necessidades de todos. Nesse sentido, segundo Simionatto (2003):

[...] as novas formas de organização social e expressões culturais afirmam interesses individuais e difusos, que reforçam a dicotomia indivíduo/classe, público/privado contribuindo de forma incisiva para o aumento da alienação e o esvaziamento dos processos histórico-sociais, a neutralização e a banalização das transformações societárias em curso.

Para tanto, se coloca a necessidade de estar atento a naturalização de práticas e/ou conceitos para não sustentar a lógica de práticas do capitalismo, que leva a deformação e ao erro. Assim sendo, é preciso elucidar os (a) trabalhadores a respeito das práticas e/ou conceitos do movimento de Ecosol em níveis mais concretos da realidade social.

Quadro 5

Nº	Pergunta	Resposta
01	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R1: Trabalhar o produto em comum, aceitar o produto e acreditar no produto.</i>
02	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R2: Dificuldade em organizar e registrar a associação.</i>
03	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R3: Falta participação de todos, união e correr juntos como grupo, pois estamos cada um por si.</i>
04	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R4: Uma sede própria que a gente possa se encontrar e produzir nossos artesanatos no local.</i>
05	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R5: Mais participação do grupo.</i>
06	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R6: Falta de comprometimento, responsabilidade por parte dos participantes.</i>
07	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação GAAI dentro do movimento de economia solidária?	<i>R7: Reunir para trabalhar em bolsas, só passamos conversando sobre economia solidária.</i>
08	P5: Em sua opinião quais as principais dificuldades do grupo e/ou associação	<i>R8: O entendimento como economia solidária, autogestão, (...).</i>

	GAAI dentro do movimento de economia solidária?	
--	---	--

Ora, apresentado os conflitos, as contradições e os interesses, esse é o momento que os (as) artesãos (sãs) tem na sua frente a realidade. Assim sendo, é necessário que os trabalhadores (as) não transformem esse processo de reconhecimento da realidade em conformismo. Neste sentido, é fundamental que os trabalhadores (as) tenham uma visão crítica da realidade para melhor lidar com as necessidades do cotidiano, isso pode criar uma resistência, bem como pode possibilitar a luta e conquistas por direitos. Neste sentido, os (a) trabalhadores (as) do empreendimento econômico solidário não estão inunes aos conflitos sociais, uma vez que as relações estão para além dos princípios da Ecosol, mas isso não inviabiliza de os conflitos serem tratados de forma diferente. Para tanto, os conflitos merecem uma outra ordem, uma vez que o caráter do EES é de propriedade coletiva, e assim sendo devem ser tratados de forma que a discussão seja no âmbito democrático, isso, não significa que o sistema capitalista tenha que ser tratado sob outra ótica, mas porque entendemos a que lógica que capitalismo se expressa. Para Simionatto (2003, p. 277), segue:

[...] o discurso hegemônico opera de forma superdimensionar uma cultura de passividade e de conformismo, que incide no cotidiano das classes subalternas, reafirmando práticas e/ou ações particularistas em detrimento de projetos de natureza coletiva. E assim a ideologia dominante sedimenta essa naturalização em sua justificação da dinâmica capitalista.

Daí a importância de a economia solidária maximizar os conceitos/ práticas que a fundamentam para que haja o entendimento dos/as trabalhadores (as), bem como o distanciamento de práticas que legitimam o modo de produção vigente. Neste sentido, coloca-se a necessidade de desenvolver a educação de trabalhadores (as) e da sociedade como todo a respeito das bases estruturais de transformação do movimento de Ecosol.

Quadro 6

Nº	Pergunta	Resposta
01	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R1: Até agora NÃO. Sinto que o grupo não consegue inserir na sua vida, pensamento o que é sustentabilidade e coletividade, o negócio está individual no produzir. (...).</i>
02	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R2: Sim. Estamos iniciando com bons resultados nas pequenas vendas.</i>
03	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R3: Sim. Pela possibilidade de como produtora não está sozinha e a visão de nova forma de comércio.</i>
04	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R4: Não. Faço parte do grupo a pouco tempo.</i>
05	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R5: Não. Devido ao pouco tempo de produção.</i>

06	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R6: Sim. Tendo uma outra visão de economia e da maneira que cada um faz parte desta sociedade.</i>
07	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R7: Sim. Mais o menos, na saúde e na alimentação.</i>
08	P6: O empreendimento de economia solidária tem melhorado a sua vida e/ou de seus familiares? Se a resposta for sim, como isso acontece; se a resposta for não, qual (is) razão (zões) de não está acontecendo.	<i>R8: Sim. Me fez enxergar com outros olhos o meio ambiente, as pessoas, a reciclagem, o ser humano, enfim a vida. Melhorou como ser humano e financeiramente.</i>

Desse modo, se percebe que o empreendimento solidário pouco tem contribuído para responder os aspectos econômicos na vida dos/as trabalhadores (as). Em contrapartida a participação de trabalhadores (as) na construção do empreendimento solidário tem possibilitado a eles (as) o reconhecimento deles (as) como sujeitos de direito. E aqui entendo que os artesãos (sãs) tem encontrado no empreendimento solidário a possibilidade do trabalho enquanto *força coletiva* (cooperação) fortalecendo o trabalho coletivo, viabilizando práticas não hierarquizadas. Sendo o trabalho não somente para suprir as necessidades, mas também porque representa a luta de trabalhadores (as) no reconhecimento da profissão de artesão (sã) pela sociedade e pela garantia de direitos. Para tanto, é perceptível a *participação democrática* (autogestão) em que trabalhadores (as) tem o reconhecimento da importância de participação nos espaços de decisão possibilitando a integração deles (as), neste caso na cidade que é o lugar de produção e reprodução da vida social. Sendo que a *coletividade* (solidariedade), a junção de indivíduos que tem interesses em comuns, ou seja, trabalhadores (as), entidades de apoio e fomento, entre outros que apoiam entre si. Assim sendo:

A economia solidária se caracteriza por práticas fundadas em relação de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com gerações futuras. (BRASIL, 2015)

Dentro do exposto, afirma-se a necessidade de desenvolver uma cultura numa esfera global que confronte a lógica de capital e trabalho do sistema capitalista, que coloca a frente o desenvolvimento econômico. De maneira a superar a subalternidade do trabalho em relação ao capital, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, sociais e políticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo descrever e analisar a associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha - GAAI enquanto empreendimento econômico solidário do movimento de Ecosol (Economia Solidária) como dispositivo ou modalidade de organização, de produção e distribuição de mercadorias no âmbito do sistema capitalista

Neste sentido, o trabalho de conclusão de curso (TCC) teve a intenção de contribuir na construção do conhecimento sobre o empreendimento econômico solidário desenvolvido pela associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha – GAAI. Ainda a integração da associação GAAI no Sistema Único de Assistência Social – SUAS através do serviço de Fortalecimento de vínculos comunitários do PAIF – Proteção e Atendimento Integral as Famílias da política de assistência social de proteção básica.

Para tanto este trabalho de conclusão de curso (TCC) teve como referencial a minha aproximação no campo de estágio obrigatório do curso de Serviço Social desta universidade, na área de assistência social. Sendo que o campo de estágio é o lugar e/ou espaço que o estudante de Serviço Social tem para realizar a reflexão crítica da realidade, de maneira que o estudante tem a possibilidade de refletir e promover as ações sob o cotidiano de sua prática profissional. Neste sentido é fundamental essa proximidade do estudante com a realidade, pois isso permite o entendimento de que sem a teoria não se faz a prática e sem prática não se constrói a teoria, e que ambas são elementos da intervenção profissional do Serviço Social.

Contudo a prática profissional tem os norteadores teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos e no Serviço Social é essencial que essas três dimensões tenham conexão entre si, para que o fazer não seja um simples fazer. Assim sendo, mediante o entendimento da profissão de Serviço Social é que foi possível a construção do conhecimento da realidade vivenciada pela associação Grupo de Artesãos e Artistas Independentes do Sul da Ilha – GAAI.

Desta forma, a trajetória de economia solidária no Brasil permitiu observar que o EES surge a partir de condições criadas pelos próprios processos de transformação desse movimento. Embora a fragilidade no modelo e no discurso, existe uma padronização no termo economia solidária ligada à proposta de uma sociedade “sem classe”. Trata-se ao mesmo tempo de uma estratégia política que forja a realidade, bem como tem se caracterizado pela escassez relativa de recursos materiais e imateriais disponibilizados aos sujeitos dos empreendimentos econômicos solidários.

Do ponto de vista dos conteúdos de economia solidária aponta-se a necessidade de refletir acerca de instituir uma visão extremamente utópica ao não incluir (ou incluir em menor medida) as mediações da realidade social que interferem diretamente nas relações sociais. A análise de alguns conteúdos dos processos de economia solidária permitiu concluir que existe o risco de que se firme uma visão mais utópica e menos concreta da realidade, uma vez que, não ultrapassa as barreiras da crescente desigualdade social, econômica e territorial. Além disso, os trabalhadores envolvidos com o movimento têm pouco e/ou nenhum conhecimento sobre os conceitos de economia solidária isto pode estar relacionado há vários desencontros de conceitos e práticas.

Neste sentido, os princípios como solidariedade, autogestão e cooperação mostram-se ineficientes quando não colocado a perspectiva concreta, ou seja, na sua totalidade. Isso porque a apreensão da realidade e das relações sociais decorre do antagonismo de classe, assim sendo, o desenvolvimento da economia solidária não pode ser apenas um movimento endógeno do EES e de suas relações com o capital.

A necessidade de incluir nas práticas uma maior abordagem sociopolítica e cultural introduziria importantes desafios para entidades de apoio e fomento bem como para empreendimentos econômicos solidários, tanto no que diz respeito à sua participação com os gestores quanto a sua eventual ação e eficaz difusão de informações sobre a economia solidária.

Especialmente com relação ao Serviço Social, salienta-se a importância de suas contribuições em aspectos ou problemáticas que se referem a dimensões sociais, políticas e econômicas, isto é, determinações que incidem sobre a vida cotidiana, em matéria de exploração do trabalho, de desemprego, de formas de trabalho precário, de formas de organização, de ação coletiva e de desmantelamento dos direitos conquistado historicamente pelos trabalhadores.

Para tanto algumas questões são pertinentes no que diz respeito ao crescente aumento da economia solidária no Brasil, que são: mesmo que parte da sociedade tivesse adesão ao movimento de economia solidária existe uma outra parte da sociedade que são os detentores do capital, então a questão é *como, porque e para que* a classe capitalista teria interesse nesta mudança; a seguinte, a economia solidária continua sendo dispositivo ou modalidade de produção e distribuição de mercadorias operacionalizada por segmentos populares excluídos dos resultados do processo de acumulação, então a questão é diante do atual momento histórico quais alternativas e/ou estratégias da economia solidária frente as possibilidades de um consumo que atenda dignamente as necessidades dos sujeitos como ser humano; enfim a economia solidária tem promovido em seu discurso como geradora do trabalho emancipado, mas para isso acontecer é necessário que o trabalhador seja emancipado, neste sentido a questão é de que

forma a economia solidária pretende reverter a lógica capitalista, uma vez que a maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas. É preciso destacar que não houve aqui qualquer pretensão de exaustividade na abordagem do tema. A título permitiu, apenas, descrever e analisar alguns aspectos da economia solidária como instrumento político, e ao mesmo tempo identificar questões que merecem ser aprofundadas por novos estudos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Caritas Regional de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://sc.caritas.org.br/entidades-membro/asa/>>. Acesso em: 20 abril 2015.
- BRASIL. **Economia Solidária (FBES).** Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 13 maio 2015.
- BRASIL. **Fórum Regional Economia Solidária de Florianópolis.** Disponível em: <<http://cirandas.net/economiasolidariadeflorianopolis>>. Acesso em: 20 abril 2015.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social:** assistência social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/proteçãobasica>>. Acesso em: 22 novembro 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1.ed. Brasília. 2011. p. 31.
- BRASIL. **Secretária Nacional de Economia Solidária:** Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/economiasolidaria>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- CULTI, Maria Nezilda, et al. **Economia Solidária no Brasil:** tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.
- FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária:** avatares do trabalho e do capital. 1.ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.
- FREIRE, Lucia Maria de Barros. **Serviço Social, Política Social e Trabalho:** desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, Jose Paulo; Braz Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 1.v. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SIMIONATTO, Ivete. **Ler Gramsci, entender a Realidade** In: A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 275-286 p.
- SOUSA, Charles Toniolo de. **A Prática do Assistente Social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Ponta Grossa: Emancipação, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>> Acesso em: 20 junho 2015.

